



# PODER LEGISLATIVO



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### QUESTÃO DE ORDEM Nº 004/2011

Requerimento nº 4427/11-DAP

PROTOCOLO Nº	12697	21/06/2011 - 02:21 PM
INTERESSADO:	DEPUTADO NEREU MOURA	
ASSUNTO:	PARECER	

*Bessie Casper*

COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**Gabinete do Deputado Nereu Moura**

I - Recebido;  
II - Protocola-se;  
III - Encaminha-se a Procuradoria  
Geral para manifestação jurídica.  
Em 14/06/11

**REQUERIMENTO:**

**SÚMULA:** Requer, seja determinado à Procuradoria Geral desta Assembléia Legislativa a emissão de Parecer Jurídico.

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Douto Plenário, seja determinado à Procuradoria Geral desta Assembléia Legislativa a emissão de Parecer Jurídico nos seguintes termos:

1. Nos termos do Ato do Presidente nº. 06/2011, foi declarado inexistente o ato de escolha e nomeação do candidato Maurício Requião de Mello e Silva, no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, tomando-se por base o entendimento firmado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, em decisão preliminar, que se apegou aos termos de Ação Popular proposta por José Rodrigo Sade;
2. Entre os fundamentos apresentados por José Rodrigo Sade, um dos que mais sensibilizou o Ministro Ricardo Lewandowski, na Reclamação nº. 6702-5/PR, foi o fato de a votação ter sido por voto nominal e aberto, considerando o ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal que *"à luz do princípio da simetria, o processo de escolha de membros do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa por votação aberta, ofende, a princípio, o art. 52, III, b, da Constituição"*; razão pela qual entendeu que a Reclamação revestia-se *"dos requisitos indispensáveis para o deferimento do pedido liminarmente pleiteado"*, o que resultou no afastamento de Maurício Requião do cargo de CONSELHEIRO.

1. Bimh  
2. Bimh  
3. Bimh  
4. Bimh  
5. Bimh  
6. Bimh  
7. Bimh  
8. Bimh  
9. Bimh  
10. Bimh  
11. Bimh  
12. Bimh  
13. Bimh  
14. Bimh  
15. Bimh  
16. Bimh  
17. Bimh  
18. Bimh  
19. Bimh  
20. Bimh  
21. Bimh  
22. Bimh  
23. Bimh  
24. Bimh  
25. Bimh  
26. Bimh  
27. Bimh  
28. Bimh  
29. Bimh  
30. Bimh  
31. Bimh  
32. Bimh  
33. Bimh  
34. Bimh  
35. Bimh  
36. Bimh  
37. Bimh  
38. Bimh  
39. Bimh  
40. Bimh  
41. Bimh  
42. Bimh  
43. Bimh  
44. Bimh  
45. Bimh  
46. Bimh  
47. Bimh  
48. Bimh  
49. Bimh  
50. Bimh  
51. Bimh  
52. Bimh  
53. Bimh  
54. Bimh  
55. Bimh  
56. Bimh  
57. Bimh  
58. Bimh  
59. Bimh  
60. Bimh  
61. Bimh  
62. Bimh  
63. Bimh  
64. Bimh  
65. Bimh  
66. Bimh  
67. Bimh  
68. Bimh  
69. Bimh  
70. Bimh  
71. Bimh  
72. Bimh  
73. Bimh  
74. Bimh  
75. Bimh  
76. Bimh  
77. Bimh  
78. Bimh  
79. Bimh  
80. Bimh  
81. Bimh  
82. Bimh  
83. Bimh  
84. Bimh  
85. Bimh  
86. Bimh  
87. Bimh  
88. Bimh  
89. Bimh  
90. Bimh  
91. Bimh  
92. Bimh  
93. Bimh  
94. Bimh  
95. Bimh  
96. Bimh  
97. Bimh  
98. Bimh  
99. Bimh  
100. Bimh

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ  
PROTOCOLO Nº 12697  
EM 21/06/11  
FUNDACIONÁRIO



## **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

### **Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

#### **Gabinete do Deputado Nereu Moura**

3. Esta Assembleia procedeu ao voto nominal e aberto em razão da Emenda Constitucional nº. 17, que suprimiu a expressão “voto secreto” do inciso XIX, do art. 54, referente à escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas, e incluiu o parágrafo único no artigo 56 da Constituição paranaense, onde consta a proibição do voto secreto nas deliberação do processo legislativo.

*Art. 56 – Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberação da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.*

*Parágrafo único – Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo.*

4. Ocorre, que o Regimento Interno da Assembleia, ao tratar da votação para a aprovação do nome de Conselheiro (artigo 216), assim como para a derrubada de veto do Governador (art. 213 § 2º.), para o processo de escolha da mesa da Assembleia (artigo 8º.), para a perda de mandato de deputado (artigo 73, § 2º., e 249), e para a aplicação de sanção disciplinar (art. 248), ainda continua a obrigar o “voto secreto”.

*Art. 216 – A Assembleia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.*

5. Estando em curso novo processo de escolha de Conselheiro, o qual pode igualmente se<sup>1</sup> questionado no Poder Judiciário, por falha formal, imprescindível é que se defina se a votação será aberta e nominal ou secreta.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 2011.

  
**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual



ATO DO PRESIDENTE Nº 006/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 20, 34 e 214, do Regimento Interno, e no Ato Comissão Executiva nº 675/08,

CONSIDERANDO que o controle da Atividade Administrativa do Estado impõe a *"funcionalização dos poderes políticos, o que significa a submissão das conveniências individuais dos governantes à realização dos direitos fundamentais e a implantação de uma sociedade democrática"* (Marçal Justen Filho, Direito Administrativo, 1ª ed., p. 734), de sorte que toda atuação dos poderes estatais se submete aos valores consagrados pelo Direito, como processo incessante de conformação dos atos de Estado, sendo esta verificação exercitável a qualquer tempo, tanto externamente quanto internamente;

CONSIDERANDO que todas as funções – Poderes – têm o dever de promover o controle dos atos administrativos que produzem os seus próprios órgãos e autoridades, o que envolve uma avaliação de legalidade dos atos, de regularidade de exercício de competências prescritas de modo vinculado pelo direito, para evitar a consumação de desvios, que podem ser infratores de garantias constitucionais;

CONSIDERANDO que a autotutela é uma responsabilidade que vincula a atuação da autoridade pública que, de ofício deve tomar as medidas para repor a legalidade, ou seja, numa visão prática significa identificar a decisão defeituosa, na medida em que insuscetível, objetivamente, de promover os valores consagrados no Texto Fundamental;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme determina o artigo 77 da Constituição do Estado do Paraná, é integrado por sete conselheiros, e conta atualmente com apenas com seis, o que ocasiona evidentes dificuldades e prejuízos para o seu funcionamento, em decorrência do não preenchimento do quorum completo;

CONSIDERANDO que o quadro descrito se instalou porque a vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Henrique Naigeboren – da Assembleia – não foi preenchida, em face da suspensão do ato de nomeação do candidato Maurício Requião de Mello e Silva, por decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que a referida decisão do STF reconheceu, em Reclamação, a ocorrência do *fumus boni iuris* fundada na procedência, em parte, de ação popular que declarou a nulidade do Decreto Estadual nº 3.044/2008 do então Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva, tendo em vista que o candidato Maurício Requião de Mello e Silva *"foi nomeado antes mesmo da existência de vaga para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado"*, bem como a existência de nepotismo em razão da nomeação de um irmão pelo outro, ofendendo o teor da Súmula Vinculante nº 13 do STF, notadamente para uma Corte de Contas, de natureza de controle e fiscalização dos atos da Administração Pública;

CONSIDERANDO que, se não havia vaga, impossível juridicamente a deflagração do procedimento que culminou na nomeação do referido candidato, pela simples e objetiva razão de que tal importaria na teratologia de aumentar-se o número de membros do Tribunal de Contas do Estado ou de impor ao Tribunal o preenchimento de um cargo só por dois Conselheiros, fenômeno impensável de atos da competência do Parlamento Estadual;

CONSIDERANDO que é imperativo seja devolvido àquele órgão auxiliar da Assembleia Legislativa a inteireza de sua composição,

para que desempenhe plenamente as suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO que se trata de questão de Direito Público, merecedora da curadoria dos gestores públicos que devem identificar o correto caminho para superar o aparente impasse neste episódio, que há muito causa desconforto e permeia de dúvida a legalidade de atos do Poder Público;

CONSIDERANDO que o procedimento de escolha de candidato a ocupar um cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado é ato vinculado, ou seja, é de indiscutível competência da Assembleia indicar o Conselheiro que ocupará a vaga aberta pela aposentadoria de Henrique Naigeboren, o que só pode fazê-lo diante de um único motivo, qual seja, a existência de vaga;

CONSIDERANDO que em se tratando de ato vinculado o que mais importa é haver ocorrido o motivo perante o qual o comportamento era obrigatório (Celso Antonio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo, 26ª ed., p. 397), o que não se verificou na nomeação do candidato Maurício Requião de Mello e Silva, pois ocorrida antes do motivo, ou, conforme a sentença da ação popular, a que se apegou o Ministro Ricardo Lewandowski, ocorrida *"antes mesmo da existência de vaga para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado"*, configurando ato administrativo inexistente pela ausência absoluta de motivo; CONSIDERANDO que a *"inexistência do ato administrativo – sempre anomalia gravíssima – deve inflexivelmente ater-se a critérios puramente objetivos, aferíveis com absoluta segurança e precisão: essa segurança somente se viabiliza quando o motivo já consta prefixado em lei, vinculando a deflagração do processus formador do ato"* (Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, Ato Administrativo Inexistente, 1ª ed., p. 129), tem-se como inexistente o ato de escolha e nomeação do candidato Maurício Requião de Mello e Silva, vale dizer, a superveniência de vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas pela aposentadoria de Henrique Naigeboren não o aproveita, pois impossível convalidar ato inexistente, permanecendo vago o cargo à disposição do devido e necessário preenchimento, mediante a deflagração do procedimento à cura desta Assembleia Legislativa, vinculado ao suporte fático ou motivo agora presente, a vacância do cargo;

RESOLVE:

I. Declarar aberto o prazo de 5 (cinco) dias para o recebimento de inscrições dos candidatos à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, mediante a apresentação de requerimento no protocolo geral da Assembleia, dirigido ao Presidente do Poder do Legislativo;

II. Constituir Comissão Especial, composta de 5 (cinco) parlamentares para, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento das inscrições, opinar sobre os inscritos;

III. Convocar os Líderes dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com acento na Assembleia Legislativa, para, no prazo de 48 horas indicarem os membros para comporem a Comissão Especial.

Palácio Dezenove de Dezembro, 5 de maio de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI  
Presidente



PROCURADORIA

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Protocolo n.º 4427/2011-DAP

Interessado: Deputado Nereu Moura

Assunto: Forma de votação para escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas.

## Parecer nº 525/2011

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Questionamento acerca da votação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dúvida sobre realização de votação fechada ou aberta. Ausência de dispositivo legal ou constitucional paranaense. Prevalência do modelo federal.

### I. DA CONSULTA.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em vista de questionamento apresentado pelo eminente Deputado Nereu Moura, solicitou a esta Procuradoria Geral que se manifestasse acerca da modalidade de votação imposta pela legislação pátria para o procedimento de escolha do ocupante da Cadeira de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

No aludido questionamento, o Senhor Deputado Nereu Moura aponta a existência de dúvida a respeito da votação – se aberta ou fechada - devido a existência de contradição entre os termos empregados pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado do Paraná e pelo Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Alude, também, à decisão monocrática lavrada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos de Reclamação nº 6702-5/PR.



PROCURADORIA

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



## II. DOS PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS PELO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ.

Primeiramente, cumpre distinguir dois procedimentos diversos estabelecidos pela Constituição Estadual paranaense para a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná pela Assembleia Legislativa.

O primeiro diz respeito à **aprovação das indicações feitas pelo Chefe do Poder Executivo**, conforme os artigos 54, inciso XIX, e 77, § 2.º, inciso I da Constituição Estadual:

**Art. 54.** Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

...

XIX - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha:

- a) de conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo Governador;
- b) de interventor em Município;
- c) dos titulares de cargos que a lei determinar.

**Art. 77.** O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.

...

§ 2º. Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I - dois pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um de livre escolha e um dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

Já o segundo, trata da escolha autônoma pela Assembleia Legislativa de 5 (cinco) Conselheiros, conforme previsto no artigo 77, § 2.º, inciso II, da Constituição paranaense:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

PROCURADORIA



**Art. 77.** O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.

...

§ 2º. Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

...

II - cinco pela Assembléia Legislativa.

O procedimento deflagrado pelo Ato do Presidente nº 006/2011 diz respeito a esta segunda modalidade procedimental à qual não se aplica o artigo 54, inciso XIX, da Constituição Estadual.

Como se vê, não há qualquer disposição da Constituição do Paraná acerca da forma de votação secreta para a escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Não se está a olvidar da previsão do artigo 56, parágrafo único, da Constituição Estadual que veda a realização de qualquer deliberação no processo legislativo por votação secreta, pois a escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas não se reveste em "processo legislativo".

A Constituição Estadual do Paraná – de idêntica maneira que é prevista pela Constituição Federal, para a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União – previa expressamente a votação fechada para deliberação acerca da escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná pelo Poder Legislativo. Todavia, por meio da Emenda Constitucional nº 17/2006, a expressão "por voto secreto" foi suprimida de diversos dispositivos constitucionais, inclusive do artigo 54, inciso XIX, da Constituição do Estado do Paraná.

Ocorre que, em face da Emenda Constitucional n.º 17/2006-PR, não há mais previsão expressa da forma de votação, se aberta ou fechada, no texto atual da norma constitucional do Estado que trata da escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas (artigo 54, inciso XIX). Vale dizer, a aludida Emenda acabou por criar uma lacuna



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

PROCURADORIA



que deverá ser preenchida no caso concreto, eis que a vedação do voto secreto aplica-se, conforme já exposto, apenas por ocasião da realização de votações referentes ao processo legislativo.

O modelo federal imposto pela Constituição da República prevê expressamente a votação fechada, nos termos de seu artigo 52, inciso III, alínea b:

**Art. 52.** Compete privativamente ao Senado Federal:

...

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

...

b) Ministros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo Presidente da República.

(destaque não original)

Assim, numa exegese da regra da Constituição Estadual – em que há uma lacuna – conjunta com a regra da Constituição Federal – que prevê o emprego do voto secreto – soa lícito que o intérprete conclua, em face da maior hierarquia da Carta Federal, pela aplicabilidade do voto secreto para a escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Ainda que o caso não se revesta numa questão de mera hermenêutica – em que a falta de previsão na Constituição Estadual é suprida pela previsão da Constituição Federal – cumpre observar que também incide na espécie o princípio da simetria, previsto no artigo 25 da Constituição da República<sup>1</sup>, pelo qual se determina que os estados-membros devem reproduzir os princípios estipulados pela Constituição Federal nas respectivas constituições estaduais. Em outras palavras, se a Carta Federal prevê votação secreta para a escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União, também as constituições estaduais devem adotá-la para a escolha de Conselheiro dos respectivos Tribunais de Contas.

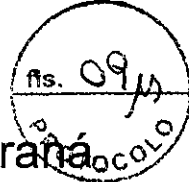
<sup>1</sup> **Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

PROCURADORIA



Ademais, o princípio da simetria encontra reforço no que concerne especificamente aos Tribunais de Contas dos Estados, na disposição do artigo 75 da Constituição Federal:

**Art. 75.** As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

A seção referida no dispositivo acima reproduzido diz respeito à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária do Governo Federal, dispondo sobre as normas que regem o Tribunal de Contas da União. Há, portanto, disposição expressa determinando que os Estados sigam tais regras na organização de seus próprios tribunais de contas.

Cumpre também assinalar que o Congresso Nacional, visando regulamentar o disposto no artigo 49, inciso XIII, da Constituição Federal<sup>2</sup>, editou o Decreto Legislativo n.º 006/1993 do Congresso Nacional, o qual prevê, em seu artigo 2.º, § 4.º, a votação secreta para escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União:

**Art. 2.º** As vagas abertas na composição do Tribunal de Contas da União, a que se refere o caput do art. 1º deste decreto legislativo, serão preenchidas, na ordem estabelecida no art. 105, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, mediante iniciativa, alternadamente, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

...

§ 4º Será pública a sessão de arguição do candidato e secreto o voto, vedada a declaração ou justificação, exceto quanto ao aspecto legal.

De outro lado, há ainda previsão no Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 216, que prevê a votação secreta no procedimento análogo ao

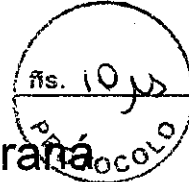
<sup>2</sup> **Art. 49.** É de competência exclusiva do Congresso Nacional: (...)  
XIII – escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

PROCURADORIA



deflagrado pelo Ato n.º 006/2011 do Presidente da ALEP – de aprovação da indicação feita pelo Chefe do Poder Executivo:

**Art. 216.** A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.  
(destaques não originais)

Note-se, desta forma, que há uma tendência deste Parlamento em seguir o modelo estipulado pela Constituição Federal, em face da referida lacuna existente no dispositivo da Carta Estadual, e especialmente em vista do princípio da simetria.

Ademais, o Egrégio Supremo Tribunal Federal já se pronunciou pela aplicabilidade do voto secreto exatamente em relação à questão da escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná pela Assembleia Legislativa, conforme trecho da decisão do relator Ministro Ricardo Lewandowski a seguir reproduzido:

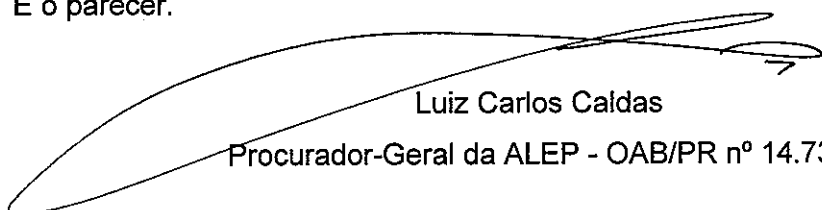
Convém assinalar, ainda, que se afigura **de duvidosa constitucionalidade**, à luz do princípio da simetria, a escolha de membros do Tribunal de Contas pelo Assembleia Legislativa por votação aberta, quando o art. 52, III, b, da Constituição Federal, determina que seja fechada em casos análogos, **instituída para a proteção dos próprios parlamentares**.

(RCL 6.702-MC-AgR/PR – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – julg. em 04.03.2009) (destaques não originais)

### III. CONCLUSÃO.

Em face de tudo que foi acima exposto, resta concluir que a realização da escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas, por voto secreto, se revestirá de maior adequação com as normas vigentes, em especial com a Constituição Federal.

É o parecer.

  
Luiz Carlos Caldas  
Procurador-Geral da ALEP - OAB/PR nº 14.731



PROCURADORIA

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Protocolo nº 4427/2011-DAP

Interessado: Deputado Nereu Moura

Assunto: Forma de votação para escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas.

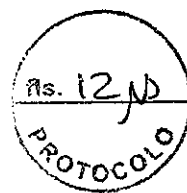
- I. O presente requerimento tramita com o protocolo da Diretoria de Apoio ao Plenário (nº 004427-DAP) datado de 14/06/2011;
- II. Entretanto, dada a matéria suscitada no expediente e a consequente manifestação do Procurador-Geral da Assembleia Legislativa por solicitação do Sr. Presidente deste Poder, deve ser formalizado o seu protocolo;
- III. Assim, protocole-se e após encaminhe-se à apreciação do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa.

Curitiba, 21 de junho de 2011

Pedro de Noronha da Costa Bispo  
Procurador do Estado / ALEP

*Assessor o Tenente*  
*A DL de vista e fo-*  
*niss do Espec P.*  
*Em 22 Junho 2011*  
*154*  
*Presidente*

PROT. N.º 12697/11



**PÁGINA EM BRANCO**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Of.276 /11 –GP- SGP

Curitiba, 04 de junho de 2011.

Senhor Deputado:

Encaminho cópia do Parecer nº 525/2011, da Procuradoria Geral, que analisou a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência a respeito do processo de votação para eleição de Conselheiro do Tribunal de Contas.

O referido parecer, acolhido por essa Presidência, concluiu pelo processo de votação secreta para a escolha do candidato ao preenchimento da vaga aberta no Tribunal de Contas e foi comunicado em Sessão Plenária do dia 27 de junho último.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência, os meus cumprimentos.

  
**Valdir Luiz Rossoni**  
Presidente

**CÓPIA**

Excelentíssimo Senhor  
**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual  
NESTA CAPITAL

21106177

Ações Penais expedida pela Justiça Federal;

- o sexto deixou de apresentar: (i) Certidão Negativa de Execução Fiscal do Estado; (ii) Certidão negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Civil (iii) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Penais expedida pela Justiça Federal; (iv) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa expedida pela Justiça Federal; e (v) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa expedida pela Justiça Federal;

- o sétimo deixou de apresentar: (i) Certidão Negativa de Execução Fiscal do Estado; (ii) Certidão negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Civil (iii) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Penais expedida pela Justiça Federal; e (iv) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa expedida pela Justiça Federal;

- o oitavo deixou de apresentar: (i) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa expedida pela Justiça Federal;

- o nono deixou de apresentar: (i) Certidão Negativa de Execução Fiscal do Estado; e

- o décimo deixou de apresentar: (i) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa expedida pela Justiça Estadual; e (ii) Certidão Negativa de Inexistência de Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa expedida pela Justiça Federal.

Por fim, de se destacar que, conforme consignado em Ata de Reunião e nas Notas Taquigráficas respectivas a candidata Nelci Eich declarou que **tinha mais de 65 anos**, transpondo a idade limite para concorrer ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Declarou ainda, que fez questão de participar do processo por reconhecer sua importância e que **não faria a entrega dos demais documentos**.

### 1.3. Das impugnações

Conforme consignado pelo Diretor Legislativo e segundo os protocolos em apenso, no prazo regulamentar estabelecido, foram apresentadas impugnações às candidaturas de (01) Gabriel Guy Léger; (02) Ivan Lelis Bonilha; (03) Tarso Cabral Violin; (04) Augustinho Zucchi; (05) Luiz Antonio Leprevost; e (06) Nelson Garcia, sendo que todos os candidatos impugnados, devidamente cientificados apresentaram as respectivas razões de defesa.

Cumprir esclarecer que as impugnações foram apresentadas pelos candidatos Jorge Antonio de Souza, Tarso Cabral Violin e Carlos Henrique de Paula Santos, não tendo havido impugnações por terceiros.

Da análise das impugnações é possível destacar que estas não trouxeram quaisquer elementos que pudessem desabonar a idoneidade moral, a reputação ilibada ou a capacidade e o conhecimento dos candidatos impugnados, limitando-se a argumentos de caráter conceitual e de análise de contexto.

Há que se consignar que, o candidato **Ivan Lelis Bonilha** foi denunciado, por "falta ética", junto a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo candidato Gabriel Guy Léger, membro do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná. Tal denúncia não foi admitida e, segundo despacho do Presidente da OAB PR, Jose Lucio Glomb, foi arquivada liminarmente, sendo certo de dentre os argumentos rejeitados pelo presidente da Ordem dos Advogados, se inseria o fato de que o candidato Ivan Lelis Bonilha subscreveu o Decreto nº 1325/2011, que anulou o Decreto 3.044/2000, por meio do qual fora nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Senhor Mauricio Requião de Mello e Silva, cuja vaga é disputada no presente procedimento e para a qual ambos concorrem.

Cumprir destacar, ainda, que o proceder do candidato Ivan Lelis Bonilha, ao subscrever o Decreto, se deu tão-somente em face do cumprimento de um ato vinculado e composto que não decorreu de sua vontade, mas do proceder do Presidente da Assembleia Legislativa e que necessariamente deveria ser convalidado pelo Governador do Estado, dada a sua natureza complexa e composta.

**Destaque-se também que não houve qualquer impugnação ao procedimento realizado a partir do Ato nº 06/2011, do Presidente que declarou aberto o prazo para as inscrições dos candidatos ou mesmo em face do Ato nº 10/2011, que reabriu o prazo de inscrições.**

Observe-se, apenas a título de informação que o candidato Jorge Antonio de Souza apresentou, em 20 de junho dois requerimentos, o primeiro protocolado sob o nº 12597, com o qual pretendeu formular impugnação em face dos candidatos Gabriel "Guy Lara", Ângela Cássia Costaldello e Ivan Lelis Bonilha, Nelson Garcia e Augustinho Zucchi. Por ser intempestivo este requerimento não foi considerado por este Relator, o mesmo ocorrendo em face do contido no Protocolo nº 12.596. Este é o Relatório.

### 2 PARECER

Consolidadas todas as informações contidas no Relatório, tabulados todos os documentos, atos e impugnações é possível se proceder as conclusões que se seguem:

a) foram formalizadas 44 (quarenta e quatro) inscrições, sendo 16 por decorrência do Ato nº 06/2011 e 28, em decorrência do Ato nº 10/2011;

b) houve a formalização de 03 (três) pedidos de desistência das candidaturas;

c) 31 (trinta e um) candidatos foram sabatinados nos dias 24, 25 e 31 de maio e nos dias 14 e 15 de junho;

d) 09 (nove) candidatos deixaram de comparecer às sabatinas e não apresentaram justificativa;

e) 01 (um) candidato apresentou atestado odontológico justificando sua ausência;

f) 12 (doze) candidatos deixaram de apresentar documentos;

g) 10 (dez) candidatos apresentaram documentação incompleta;

h) 01 (um) candidato - Nelci Eich - possui idade superior ao limite

constitucional; e

i) 01 (um) candidato - Ermari Zanini - completará o limite de idade em 06 de julho, portanto, antes da conclusão do procedimento que se aperfeiçoa com a nomeação, pelo Senhor Governador e posse do indicado eleito pela Assembleia. Em face dessas conclusões remanesecem em condição de análise as candidaturas dos 17 (dezessete) candidatos a seguir relacionados: (01) Andrey Marzanatti Borna; (02) Ângela Cássia Costaldello; (03) Angelino José de Oliveira; (04) Augustinho Zucchi; (05) Cláudio Augusto Canha; (06) Edson Navarro Tasso; (07) Fioravanti Chierighini; (08) Gabriel Guy Léger; (09) Ivan Lelis Bonilha; (10) Nelson Garcia; (11) Tarso Cabral Violin; (12) Juarez Alfredo Toledo; (13) Marcelo Henrique Pereira; (14) Maria Ofélia de Andrade Toledo; (15) Roberto Bohlen Selem; (16) Vivianne Zeni Beltrão Laurindo; e (17) Washington Alves da Rocha.

Considerada a documentação apresentada pelos candidatos remanescentes, incluindo o teor dos respectivos documentos e das sabatinas realizadas é possível se posicionar no sentido de que estas candidaturas podem ser homologadas e submetidas ao Plenário, posto que todos os 17 (dezessete) candidatos acima indicados demonstraram que atendem aos requisitos do Art. 77 da Constituição Estadual, ou seja, (i) são brasileiros, (ii) possuem idade entre 35 e 65 anos; (iii) demonstraram não haver nada que possa desabonar suas idoneidade moral e reputação; e (iv) demonstraram contar com mais de 10 anos de efetivo exercício de função ou atividade profissional, com o que é possível depreender que possuem notório conhecimento, dentro de suas atribuições, nas áreas jurídica, econômica, financeira, contábil ou de administração pública.

Homologadas as candidaturas estas devem ser submetidas à apreciação do Plenário que, nos termos do Regimento Interno da Casa, deverá, mediante discussão única, proceder a eleição de um dos candidatos, o que se deverá dar, pelo voto da maioria absoluta dos parlamentares presentes e, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 675/08, caso esta não ocorra em primeira votação, o escrutínio deverá ser repetido, desta feita, com os dois candidatos mais votados.

Por oportuno, em face de precedente existente no voto do Ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), exarado em liminar que afastou o Senhor Mauricio Requião do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, **recomendamos que a votação se dê em escrutínio secreto**, atendendo, assim, ao procedimento simétrico que decorre do disposto no Art. 52 da Constituição Federal e ao que dispõe o art. 216 do Regimento Interno desta Casa.

É o parecer, ao qual anexamos a respectiva proposição de Decreto Legislativo e que submetemos à apreciação da Comissão Especial devidamente constituída pelo Ato nº 07/2011, do Presidente da Assembleia Legislativa o qual, uma vez aprovado, poderá ser encaminhado à apreciação do Plenário desta Casa.

HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Deputado Relator

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 2011.

- Aprova no nome do candidato eleito pela Assembleia Legislativa para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu Promulgo, nos termos do Art. 173, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 122, do Regimento Interno o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor(a) <sup>para</sup> ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.  
Art. 2º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 001, de 09 de julho de 2009.  
Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio Dezenove de Dezembro, em

10459/2011

## Atos de Pessoal

### Diretorias

### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 0367/2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12811, datado de 21/06/2011,

RESOLVE:

Promover a disposição funcional do servidor CLAIR LUCILENE TAVARES, matrícula 40.767, para prestar serviços, a partir de 08/06/2011, junto a Coordenadoria de Direitos da Cidadania, conforme Termo de Acordo e Cooperação firmado com o





é uma questão emergencial. É só num primeiro instante, precisa ter a recuperação desses telhados. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, como tantas e tantas vezes o nosso Estado do Paraná sofreu catástrofes, a exemplo do que aconteceu no litoral do Paraná, a exemplo do que aconteceu em regiões de produção através de chuvas que fizeram transbordar os rios, nessa noite de sábado para domingo todos foram atingidos nestes municípios que citei, sem sequer ter uma previsão. Foi uma coisa que ocorreu na madrugada, sem que ninguém tivesse tido possibilidade de ser alertado anteriormente. Espero a compreensão dos companheiros. Aqui não se trata de posições partidárias. Trata-se de uma posição de defesa dos interesses daqueles que estão necessitando urgentemente, neste momento, de recuperar as suas casas e muitas e muitas vezes privados pela condição econômica, precisamos do apoio do Poder Público. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados." **Sr. Presidente (Deputado Valdir Rossoni):** "Convido o Deputado Hermas Brandão Júnior que fará uso do Pequeno Expediente e do Grande Expediente para fazer a leitura do Relatório dos Candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas."

#### GRANDE EXPEDIENTE:

**Deputado Hermas Brandão Júnior (PSB):** "Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente da Comissão Especial, Deputado Elio Rusch e demais membros da Comissão Especial. Nobres Parlamentares, demais autoridades, integrantes da imprensa aqui presentes é com imensa honra que me dirijo a todos, para cumprir com importante encargo que me foi outorgado, o qual aceitei com orgulho, de relator da Comissão Especial constituída com a finalidade de opinar no procedimento de indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A Constituição Estadual determina a incumbência da Assembleia Legislativa a proceder, através de sua maioria absoluta, à escolha dos integrantes do Tribunal de Contas. Tal incumbência se afigura de extrema relevância num estado democrático de direito, em que as cortes de contas se agigantam em sua importância, principalmente como o órgão que legitima a atuação dos administradores públicos do Estado do Paraná, tanto na esfera municipal, quanto na esfera estadual. No momento em que vivemos, onde sentimos uma população ansiosa por verdadeiras políticas públicas, que atendam ao fim social, mas que também, sejam realizadas sob a égide da legalidade, as cortes de contas devem cumprir com um papel, que vai muito além da fiscalização e eventual punição administrativa, mas serve de esteio, de alicerce aos administradores públicos. Sabemos das dificuldades muitas vezes encontradas pelos gestores, diante da existência de um arcabouço legislativo, o qual pode se tornar de difícil entendimento diante de uma determinada situação concreta exigida. hoje, um ordenador de despesas, precisa estar atento à legislação - que vai desde a Constituição Federal, passando pelas legislações que tratam das licitações, contratos, Lei de Responsabilidade Fiscal, leis estaduais e municipais; enfim, uma gama infinita de normas a serem seguidas, cumpridas, interpretadas, sob pena de lhe serem impostas penalidades criminais e cíveis, com perda de mandato, de direitos políticos e inelegibilidade.

com as exigências legais e atribuições constitucionais, o Ministério Público está atento e presente no atuar dos administradores; as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas muito mais participativas; a imprensa muito mais crítica; a sociedade muito mais esclarecida de seus direitos. A figura da transparência dos atos administrativos como obrigação imposta (a redundância é proposital), tem se mostrado autêntica forma de fiscalização da utilização do dinheiro público. As audiências públicas, comissões especiais de investigação, também estão muito mais presentes em nosso cotidiano.

Nesta toada, aos administradores públicos cabe, sem nenhuma dúvida, atuar com todo o cuidado e bom senso no trato da coisa pública. Cabe aos gestores cercarem-se de técnicos verdadeiramente inteirados da legislação, para que possam chegar ao final de um mandato com a tranquilidade de terem cumprido com o juramento que fizeram ao assumirem o mandato legitimamente conquistado. Cabe aos Tribunais de Contas, como atribuição constitucional, a relevante incumbência de auxiliar o Poder Legislativo, no controle externo dos atos administrativos, procedendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Os membros do Tribunal de Contas, ao candidatarem-se como Conselheiros, têm a incumbência de comprovar requisitos, impostos pela constituição estadual. Idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública; tempo de mais de 10 anos de efetiva atividade profissional na área. Mas diria eu, que a par de todos os requisitos aferíveis de forma objetiva, e também subjetiva, há um requisito que transcende todos os demais: o comprometimento com a causa pública. Este requisito, somente se pode verificar com o efetivo atuar do Conselheiro. O Conselheiro que além de cumprir com o seu mister, fazer cumprir a legislação, também cumpre sua função junto ao administrador, orientando-o, encontrando soluções para seu cotidiano, cuja realidade pode ser muito difícil. Essa sensibilidade, sem dúvidas, faz com que o Conselheiro cumpra verdadeiramente seu papel diante da sociedade. Digo isso, Sr. Presidente, nobres Pares dessa Casa, para demonstrar a importância do processo que hoje estamos a presenciar. Importância histórica para o Paraná. Não temos o direito de errar. Não temos o direito de escolher de forma equivocada. Temos sim, o dever, de buscar escolher, diante de um quadro farto de candidatos do mais alto gabarito, o Conselheiro que representará todo o rol de requisitos, com a sensibilidade de compreender nosso administrador, requisito este extremamente subjetivo e afortunado somente ao cotidiano, aliado a austeridade necessária para fazer cumprir a lei. Diante da crise institucional que assola o país e se pode dizer, em todos os poderes constituídos e níveis da federação, onde se questiona a ido-

neidade dos atos praticados por administradores públicos, os Tribunais de Contas, já dizia, se agiganta em relevância de atribuições, servindo como órgão de apoio, de cooperação do gestor, a abalizar seu atuar. Tal situação, por óbvio, gera, além da responsabilidade funcional, a responsabilidade institucional, a responsabilidade perante a opinião pública de seu atuar particular. A própria forma de escolha dos membros dos Tribunais de Contas tem sido questionada, o que, também, gera grande desconforto e instabilidade da instituição perante a opinião pública. É hora de fortalecer nossas instituições. É hora de encorajarmos a opinião pública a confiar em seus administradores e naqueles que têm a difícil função de fiscalizar. Esperamos que nosso trabalho tenha sido cumprido com a rigidez e correção que o encargo exige, e que a escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas se dê em face do interesse público." **Deputado Elio Rusch (DEM) (Aparte):** "Deputado Hermas Brandão, quero cumprimentar a V. Exa. Sei que V. Exa. tem um calhamaço de documentos. Até farei questão que V. Exa. coloque em cima da tribuna, para que os Srs. Parlamentares possam ver a quantidade de documentos que foram analisados por V. Exa. e pelos Deputados que integram a Comissão Especial que fez as oitivas dos candidatos que se inscreveram para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. V. Exa. fez um trabalho exemplar e excelente, com total isenção, mantendo-se como um Magistrado na condução desse trabalho. Na qualidade de Presidente desta comissão, além de agradecer de forma muito especial a V. Exa. que é o relator desse processo, agradecer aos demais Deputados integrantes desta comissão: Deputado Francisco Bühner, Deputado Tadeu Veneri e ao Deputado Caio Quintana que participou das primeiras reuniões e depois pediu seu afastamento. Um agradecimento de uma forma muito especial ao Dr. Mauro, que é o Diretor Legislativo desta Casa, que deu todo suporte, com toda sua equipe para que os trabalhos pudessem ser desenvolvidos da melhor forma possível; assistido pela Dra. Rosane, que é assistente do nosso Diretor Legislativo; todas as nossas taquígrafas e taquígrafos que estiveram presentes em todas as reuniões. Foram horas e horas de trabalho desenvolvido. E de uma forma especial agradecer também à Presidência desta Casa, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Plauto Miró, Deputado Reni Pereira, por todas as condições que ofereceram para que esta comissão pudesse fazer esse trabalho e que culminasse com o relatório que V. Exa. acaba de fazer a leitura, e que diga-se de passagem, Deputado Valdir Rossoni, foi aprovado por unanimidade, com uma pequena ressalva do Deputado Tadeu Veneri, dizendo que a Bancada do PT não concordava com o registro da candidatura do candidato Ivan Bonilha, que faz parte da própria ata. É apenas um voto que foi registrado e constou em ata, mas o relatório feito pelo Deputado Hermas Brandão Júnior foi aprovado por unanimidade. Então eu, como Deputado e como Presidente, encerro o nosso trabalho no dia de hoje, com a leitura do relatório feito por V. Exa, que faz chegar às mãos do Presidente da Casa dentro dos próximos instantes, e daí o Deputado Valdir Rossoni haverá de convocar nas próximas 48 horas uma sessão especial para que se delibere e se escolha o nosso Conselheiro do Tribunal de Contas. Mais uma vez, Deputado Hermas Brandão Júnior e todos os integrantes, todas as pessoas que estavam de uma ou outra forma, envolvidos nesse trabalho, agradeço. E agradeço também a todos os candidatos que se inscreveram, porque foi pela vez primeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni, que se deu tanta publicidade nas inscrições para que tivéssemos 44 candidatos inscritos - isso é inédito aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - embora que alguns não compareceram, outros compareceram mas não entregaram a documentação. Por esta razão permaneceram apenas 17 candidatos no relatório que V. Exa. fez e que foi aprovado pela comissão. Muito obrigado a todos os Deputados, obrigado mais uma vez à Comissão Executiva que cedeu o espaço, inclusive o espaço lá da Presidência, que é a mesa das reuniões da Presidência para que pudéssemos realizar nosso trabalho. Mais uma vez faço questão de registrar: nossas taquígrafas e taquígrafos pelo excelente trabalho que realizaram e tudo está registrado para que não paira dúvida nenhuma em relação ao trabalho realizado por esta comissão, com total lisura, total isenção, e todos se mantiveram como magistrados. Muito obrigado, Deputado Hermas Brandão, sucesso, vamos esperar a sessão para ver quem será o vencedor." **Deputado Hermas Brandão Júnior (PSB):** "Para encerrar, nobre Presidente. Eu que agradeço suas palavras, nobre Deputado que nos honrou como Presidente desta Comissão Especial, que de forma muito tranquila presidiu os trabalhos. Que Deus nos abençoe!" (Segue leitura do Relatório e Parecer que foi publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 73, de 27 de junho de 2011) "Concluída a leitura do Relatório e do Parecer gostaria de convidar o Deputado Elio Rusch e demais membros da Comissão Especial para que, juntos, possamos entregar ao nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o nosso Relatório Final e toda a documentação que foi averiguada por mim." **Sr. Presidente (Deputado Valdir Rossoni):** "Quero, como Presidente, cumprimentar o trabalho feito pelo Presidente Elio Rusch e pelo relator Hermas Brandão Júnior, pelo excelente trabalho que realizaram e com toda honra recebo o relatório feito por V. Exa, que certamente ficará marcado nos Anais desta Casa." (Entrega do Relatório) "Ao receber o Relatório da Comissão Especial, quero determinar ao Diretor Legislativo que marque para segunda-feira no Pequeno, Grande Expedientes e Horário das Lideranças para que possamos ouvir da tribuna desta Casa, todos os candidatos que desejarem fazer uso da palavra. Fica já aberta a inscrição aqui na assessoria da Presidência, para que todos os candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas possam, na segunda-feira, fazer o seu pronunciamento. E esta Presidência irá marcar a nova eleição. Provavelmente na terça ou quarta-feira, uma sessão especial apenas para a escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas. E também acatar a sugestão da comissão que o voto seja secreto. Volto atrás da minha decisão. Não lembrava, tínhamos marcado a visita do Senador Osmar Dias



que estará falando sobre o microcrédito do Banco do Brasil. Então, vamos ouvir o Senador na segunda-feira e também vamos ouvir todos os candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas. Claro que vamos estabelecer um cronograma. Está marcado o Grande Expediente para o Senador Osmar Dias. Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida, pelo PMDB."

#### HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:

**Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB):** "Sr. Presidente, nobres Pares. O jornal Gazeta do Povo traz hoje, mais uma vez, que nós, Deputados, aprovamos aqui na Assembleia 13,9% dos projetos apresentados. Srs. Deputados, Sr. Presidente, uma Casa de Leis que não aprova sequer 15% dos projetos apresentados, alguma coisa está errada: ou são os Deputados que entram com projetos ao seu bel prazer ou a Casa está orientando de maneira errada os seus Parlamentares. Mas, numa olhada mais apurada para essa matéria, realmente as coisas não acontecem desta forma, até porque se formos ver o trabalho das outras Assembleias do sul do Brasil, estados similares como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a própria Gazeta do Povo diz que aprovamos mais projetos do que os nossos irmãos catarinenses e rio-grandenses. Então, nos estado do sul a Assembleia Legislativa do Paraná é a que mais aprova projetos que são trazidos a Plenário, de iniciativa dos próprios Deputados. Em março de 2008, o mesmo jornal trazia uma matéria dizendo que 'na Assembleia só faxina não basta'. E dizia que aprovávamos aqui matérias que eram de interesse duvidoso. O jornalista Celso Nascimento tratou deste tema com este título: 'na Assembleia só faxina não basta', 'então é de se perguntar', dizia ele, 'que importância tem tido a Assembleia Legislativa na vida cotidiana de cada um dos Parlamentares? Quantidade é igual qualidade? São temas apropriados para meditação dos Deputados na hora de dormir e na hora de acordar'. E, naturalmente, fazia toda uma digressão a respeito dos projetos de lei. Sr. Presidente, nobres Pares, acredito que dada a importância desse veículo de informações que é a Gazeta do Povo, a importância da Assembleia Legislativa e o questionamento que este meio de comunicação está fazendo a esta Casa de Leis que é um dos três Poderes no Paraná, considerando que os três Poderes, ainda são, constitucionalmente, o Executivo, o Judiciário e nós, o Legislativo, a Assembleia Legislativa deveria fazer uma reflexão. E digo isto, Srs. Parlamentares, porque fico olhando no cotidiano - estou aqui no segundo mandato - os projetos de lei de iniciativa de vários Deputados e eu vejo aqui projetos de lei que são pioneiros no Brasil, inclusive, e que tem uma grande influência, óbvio, na vida cotidiana dos paranaenses. Vejo debates se desenrolando aqui que são debates que outras Assembleias Legislativas não travam e nós travamos aqui. Não que não tenhamos milhões, talvez, de defeitos como tem toda a imprensa e têm os Poderes constituídos, os outros também. Vejo, inclusive, Sr. Presidente, como os que eu tenho apresentado, só posso falar deles, não posso falar de nenhum outro, mas, por exemplo, exigir as calorias nos cardápios dos restaurantes, tentando combater a obesidade, o diabetes, isto não é importante? A contratação de técnicos em meio ambiente em empresas potencialmente poluidoras? A reserva legal sustentável, a merenda escolar orgânica, a geração distribuída de energia, o mapa de risco ambiental, a retirada dos venenos do nosso estado, o BHC e outros tantos - só para não cansá-los - como projetos que são importantes. Inclusive quando este próprio veículo de imprensa fala a respeito dos projetos de utilidade pública que campeiam no Plenário e nós devemos concordar com isso, nós mesmos estamos tentando disciplinar uma rigidez muito maior, através de um projeto de minha autoria, para que o Deputado se responsabilize pelas informações que traz em Plenário, assinando, inclusive, se responsabilizando pelas informações que traz a respeito dos projetos de utilidade pública, porque nós sabemos que existem por aí verdadeiras indústrias de se fabricarem utilidades públicas para se ter uma porta aberta ao orçamento público do estado, dos municípios e, inclusive, da união federal. Mas, Sr. Presidente, somadas a isto algumas questões, me chamam a atenção, talvez como até marinheiro de primeira viagem aqui, veja se o senhor pode, Deputado Rossoni, me responder: como é que pode o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar da Assembleia, constitucionalmente é isso, ter iniciativa de propor um projeto de lei nesta Casa? Semana passada tínhamos aqui um projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas. Como é que pode o Ministério Público, que é um órgão do Poder Executivo, autonomamente propor um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa? Semana passada e esta semana temos projeto de iniciativa do Ministério Público. Então, vejamos, nós estamos vendo aqui, Sr. Presidente, nobres Pares, o Tribunal de Contas do Estado, tendo iniciativa de propor projetos de lei, afrontando a Constituição - no meu entendimento - o Ministério Público fazendo o mesmo, a nossa Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, Deputado Nelson Justus, muitas vezes entrando no mérito da discussão de projetos de lei. Isso não é novidade para ninguém, mas fora do seu limite constitucional. Muitas vezes a própria CCJ dando parecer a projetos, e esses pareceres acabam caindo sob recursos de Parlamentares. Isso me mostra que já está na hora de revermos algumas coisas. Trazia a Plenário essa preocupação há dois meses e pedia ao Presidente que fizesse uma Comissão Especial para que os Deputados pudessem estudar estas matérias, para que pudessemos aqui fazer um pente fino do que está acontecendo. Será que estamos realmente legislando da maneira adequada do ponto de vista do que espera a população de nós? Não digo entrando no mérito de cada projeto, porque isso depende de cada Parlamentar, isso é o foro íntimo do seu compromisso de campanha, da sua vida pública e ninguém tem nada com isso a não ser o próprio Parlamentar e os seus eleitores. Mas digo com relação à expectativa, há excesso de projetos nesta área de utilidade pública, há instituições do nosso estado que não tem a prerrogativa constitucional de entrarem com projetos de lei e estão tendo essa iniciativa. Há erros da própria Comissão de Constituição e Justiça exorbitando, extrapolando os seus limites constitucionais impedindo

os Parlamentares de terem acesso a uma discussão em Plenário com os seus projetos. Acho que está na hora de discutirmos isso. Por isso, gostaria de pedir a aprovação dos nobres Pares para aprovação de um requerimento, de minha autoria, que 'requer a criação de uma Comissão Especial, de acordo com o Art. 35 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar dos limites do processo legislativo e competências para legislar'. Apenas dizendo que eu, escudado no Art. 35 do Regimento Interno, peço que possamos constituir uma comissão para tratar destas questões, uma comissão que trabalhe amplamente em sintonia com as próprias instituições que citei aqui, com duração de 180 dias e que contará com sete Deputados Estaduais, conforme manda o Regimento. Peço o apoio aos nobres Pares para que possamos discutir isso e definitivamente colocarmos um marco que é positivo, não é negativo como assinala a imprensa, ou pelo menos a Gazeta do Povo. Mas que pudéssemos verificar se não há alguma forma de explicitar isso melhor e até corrigirmos eventuais erros." **Deputado Marcelo Rangel (PPS) (Aparte):** "Gostaria muito de falar sobre esse assunto, parabenizando V. Exa. pelo seu pronunciamento. Precisamos discutir esta questão. Estamos apresentando projetos muito importantes aqui na Assembleia Legislativa e muitos desses projetos, analisados por uma junta de advogados muitas vezes não passam pelo critério de constitucionalidade ou existe algum tipo de restrição. Mas em outros estados do Brasil, esses mesmos projetos que foram apresentados primeiro no estado do Paraná e tenho aqui uma relação de diversos projetos - quero até fazer um estudo, mas já de cara já falo sobre cinco projetos que foram apresentados primeiro no estado do Paraná, não passou pela CCJ, não veio para a Plenária, não houve a votação porque foram considerados inconstitucionais ou com algum tipo de vício, mas foram aprovados em outros estados. Como por exemplo, no Rio de Janeiro, a questão das câmeras para as viaturas, inclusive foi matéria do Fantástico, da Rede Globo, que o projeto foi apresentado primeiro no estado do Paraná, foi copiado pelo Rio de Janeiro, foi apresentado no Rio de Janeiro pela Assembleia carioca e é lei no Rio de Janeiro e foi apresentado primeiro aqui. A questão dos acompanhantes para idosos nos hospitais, também foi copiado no Rio Grande do Sul, no Paraná não foi ao Plenário, não passou pela CCJ, mas no Rio Grande do Sul é lei. Estamos falando do Projeto Ficha Limpa, esse é o caso mais emblemático, porque o projeto da extensão da Ficha Limpa para cargos públicos, que mexe com dinheiro público foi proposto primeiro na Assembleia do Estado do Paraná. Pois bem, aqui infelizmente, não passou na CCJ, também teve os seus entraves e hoje é lei, também em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Projetos que foram copiados aqui da Assembleia do Paraná, sem contar projetos para portadores de necessidades especiais, a questão dos pedágios, os eixos suspensos que estamos lutando há tanto tempo, aqui na Assembleia, infelizmente, foram considerados inconstitucionais não vieram a Plenário. Isso, Deputado Cheida é importante debatermos. Vou fazer um estudo dos projetos que foram inviabilizados na nossa Assembleia, mas que foram reutilizados em outros estados da Federação e que estão beneficiando milhares de pessoas. Estamos apresentando bons trabalhos, os Parlamentares estão empenhados em fazer um bom trabalho, mas infelizmente me parece que estamos tendo alguns entraves. Também não estou fazendo uma crítica aos advogados, acho que estão sendo até muito criteriosos nesta questão, mas em outras Assembleias os mesmos projetos estão sendo admitidos. É possível fazermos um estudo a respeito disso. Parabéns pelo seu pronunciamento." **Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB):** "Eu que agradeço, o depoimento de V. Exa. só ilustra estas preocupações que trago e que tenho certeza é da grande maioria dos Deputados que estão aqui entre nós. Agradeço. Deputado Nelson Justus com o aparte." **Deputado Nelson Justus (DEM) (Aparte):** "Muito obrigado, Deputado Cheida. Aliás, quero cumprimentá-lo porque essa é uma preocupação realmente de todos os Deputados. O que temos que entender, de uma vez por todas, é que a Assembleia não é uma fábrica de leis. O que menos precisamos, não só no nosso estado, como no Brasil, são leis. Precisamos, sim, cumpri-las. Mas se tivermos a preocupação a cada início de legislatura de quem apresenta mais leis, não vamos chegar a lugar nenhum, pelo contrário, vamos talvez satisfazer um ou outro jornalista, jornal, porque não é esse o trabalho do Deputado. V. Exa. sabe, já que é um Deputado veterano, qual é a função efetiva de um Deputado. A CCJ tem conversado muito sobre isso. Aliás, essa comissão que V. Exa. sugere, a CCJ hoje já a tem. Temos discutido. Não posso concordar com V. Exa. com algumas pequenas coisas, que a CCJ entra no mérito. Não, a CCJ não pode entrar no mérito da questão, se entrar está errado. Já o fez, mas hoje ela, de maneira alguma, ingressa no mérito. Votamos hoje extraordinariamente duas matérias exclusivamente na constitucionalidade, porque se julgássemos o mérito, tenho convicção que a votação poderia ser diferente. Então, exclusivamente a Constituição. É mais fácil talvez reformarmos a nossa Constituição, porque o Ministério Público e o Tribunal de Contas têm todo o direito de apresentar projetos, pela nossa Constituição. Se não quisermos que eles apresentem, temos que mudar a Constituição. O Deputado Rangel citou alguns projetos que o mérito é cabível, são meritórios. Vou dar um exemplo, a câmara dentro da ambulância é extremamente meritória. Não temos ambulâncias e agora vamos ter câmara dentro da ambulância. Não compete a nós, é inconstitucional. A ideia é boa, claro que é boa, mas é inconstitucional por vício de origem. Quem tem que ver isso é a Secretaria da Saúde, se pode colocar uma câmara na ambulância, primeiro ela que arrume ambulância. Entendemos principalmente o vigor do jovem, do Deputado novo. A própria Gazeta mostra: já chegamos em 500 e tantos projetos, ultrapassamos o ano passado inteiro só nesse começo de ano. A qualidade dos Deputados melhorou, claro que melhorou, é muito boa. Mas existem normas que temos que obedecer. Se nos lembrarmos aqui nos primeiros meses da administração atual, ficamos apreciando vetos, porque o Governador vota, a Procuradoria Geral